



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS
CEARENSES**

ROSIANE PIRES DE OLIVEIRA

**REDENÇÃO-CE
2020**

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS
CEARENSES**

ROSIANE PIRES DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado o
Curso de Graduação em Administração da
UNILAB, no formato EAD, como
Requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

**REDENÇÃO-CE
2020**

Oliveira, Rosiane Pires de.

O45r

Representatividade feminina na gestão dos municípios cearenses /
Rosiane Pires de Oliveira. - Redenção, 2020.
41f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de
Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Profa. Ms. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

1. Mulheres. 2. Liderança. 3. Gestão municipal. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 658

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS
CEARENSES**

ROSIANE PIRES DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
o Curso de Graduação em Administração
Pública, da UNILAB, no formato EAD, como
Requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Aprovada em: / / 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

ORIENTADOR

Me. Maria do Socorro Maia Silva

1º Examinador

Profa. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado

2º Examinador

REDENÇÃO-CE

2020

Dedico a minha eterna mãe Rosa Fernandes
(*In memorian*) que mesmo diante das
enfermidades a sua fé era imensa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que foi meu ponto de partida e será também o meu ponto de chegada ao sucesso!

Sem a confiança que tenho nele, não conseguiria ter chegado até aqui!

Agradeço também a todas as pessoas, que me apoiaram e incentivaram para que eu não desistisse do meu sonho, como meu esposo, pai, irmãos, colegas do curso e do emprego e em especial a orientadora Vanessa Ingrid.

Ofereço toda minha realização especialmente a meu pai que tenho fé que irá ver minha conclusão e minha mãe que já não está mais entre nós, mas que sempre almejava isso para mim.

A todos o meu muito obrigada!

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende
o que ensina.” (Trecho poema “*Exaltação de
Aninha*” (Cora Coralina))

RESUMO

O papel de liderança da mulher na gestão pública se revela cada vez mais comum. Percebe-se um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente em cargos de liderança. Porém, apesar desse aumento, ainda se nota várias questões que precisam ser debatidas referentes a discriminação de gênero no ambiente de trabalho. Por conta disso, ampliar as discussões sobre o papel feminino em organizações é uma das formas de tornar o tema mais evidente. Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho foi desenvolvido a partir do uso de metodologia de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Tem como objetivo geral, estudar sobre a liderança feminina na gestão pública municipal e como objetivos específicos i) explanar sobre o papel da mulher na sociedade atual; ii) sobre a liderança feminina e seu lugar no mercado de trabalho; iii) estudar sobre a liderança feminina nas organizações públicas e; iv) discorrer sobre a liderança feminina nas organizações municipais cearenses. Conclui-se que a representatividade feminina na gestão municipal ainda é mínima, no entanto para fazer com que a ampliação das mulheres na política possa alavancar resultados positivos no futuro, deva realmente existir algum incentivo dos governantes.

Palavras-chave: Mulher. Liderança. Feminina. Gestão pública. Municipal.

ABSTRACT

The leadership role of women in public management is increasingly common. This paper has as its theme the role of women as leaders in municipal organizations. The choice of topic is justified by the increase in female participation in the labor market, especially in leadership positions; despite this increase, there are still several issues that need to be discussed regarding gender discrimination in the workplace. Because of this, expanding discussions about the role of women in organizations is one of the ways to make the theme more evident. To achieve the proposed objective, the work was developed from the use of bibliographic research methodology and case study. Its general objective is to study female leadership in municipal public management and as specific objectives to explain the role of women in today's society; on female leadership and its place in the labor market; studying female leadership in public organizations; talk about female leadership in municipal organizations. It is concluded that the female representation in the municipal administration is still minimal, however to make the expansion of them in the policy can leverage positive results in the future, there must rally be some incentive from the government.

Key words: Woman. Leadership. Benefits. Public administration. Municipal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Percentagem de mulheres eleitas prefeitas nas últimas eleições municipais.....	23
Figura 2: Principais dificuldades enfrentadas por mulheres na política.....	24
Figura 3: Cruzamento de dados estatístico por gêneros das eleições de 2016 no Brasil.....	31
Figura 4: Cruzamento de dados estatístico por gêneros das eleições de 2016 no Ceará.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal

GP – Gestão Pública

ICGM - Índice Comparativo de Gestão Municipal

ONU – Organização das Nações Unidas

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 O papel da mulher na sociedade contemporânea.....	13
2.2 Liderança da mulher nas organizações.....	16
2.3 Liderança das mulheres nas organizações públicas.....	18
2.4 Liderança feminina nas organizações municipais.....	20
3 METODOLOGIA.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 Discussão de resultados de estudos sobre participação feminina na gestão.....	27
4.2 Participação feminina na gestão dos municípios do Ceará.....	32
5 CONCLUSÃO.....	35
6 REFERÊNCIAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

O papel da mulher no mundo e na sociedade vem se redefinindo a cada momento, acompanhando as mudanças que ocorrem a cada dia e momento. Cada vez mais a mulher vem se apropriando de seu papel de construtora da própria história. Em especial a mulher vem conquistando espaço cada vez maior nos cargos de liderança, tanto em empresas privadas como em cargos públicos, como nas prefeituras, em que o protagonismo da mulher se faz cada vez mais presente, assim como os bons frutos que advém dessa gestão feminina. Mas nem sempre foi assim.

Durante muitos anos, o papel da mulher na sociedade era muito diferente do papel do homem, sendo que suas atividades eram principalmente servir e cuidar da casa e família, não podendo exercer nenhum tipo de atividade fora do lar, especialmente se esta fosse remunerada; esta era uma tarefa exclusivamente masculina. A mãe era, portanto, mãe, esposa e dona de casa, não tinha nenhum direito de trabalhar ou participar da sociedade de forma ativa (SILVA, 2017).

A questão pode se ampliar para outras áreas como por exemplo, a liderança feminina na gestão pública, ou, mais especificamente, em organizações municipais. Assim, conforme exposto, as mulheres estão ganhando espaço na sociedade, sendo também líderes em gestão municipal. As mulheres possuem grande potencial de alcançar cargos importantes, porém, o preconceito ainda faz existir uma diferença significativa entre homens e mulheres que, de fato, ocupam cargos presidenciais ou de gerência. O trabalho se desenvolve, portanto, na seguinte questão: em que proporção se dá a liderança feminina nos municípios cearenses?

Frente a isso, o presente trabalho visa discutir a respeito da gestão feminina e as oportunidades e desafios que as mulheres enfrentam neste contexto, com foco na liderança em organizações municipais. O trabalho possui como objetivo geral estudar a proporção de liderança da mulher na gestão municipal cearense, e como objetivos específicos analisar o papel da mulher na sociedade contemporânea, estudar a liderança feminina nas organizações públicas, e por fim estudar a liderança feminina nos municípios cearenses.

A escolha do tema se justifica pela percepção do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente em cargos de liderança política; apesar desse aumento, ainda se nota várias questões que precisam ser debatidas referentes a discriminação de gênero no ambiente de trabalho. Por conta disso, ampliar as discussões sobre o papel feminino em organizações públicas é uma das formas de tornar o tema mais evidente.

A delimitação do tema se dá no estudo do papel de liderança que a mulher vem cada vez mais conquistando, em especial em cargos públicos, como os municipais, e como seu protagonismo na gestão municipal tem se revelado excepcionalmente benéfico, em especial por traços de personalidade feminina que só vem a agregar valor à sua gestão.

Tendo em vista a proposta que ora apresenta, a metodologia adotada será a revisão bibliográfica combinada com estudo de caso e pesquisa documental para a promoção de um estudo descritivo fundamentado em artigos científicos, obras completas, noticiário em revistas e demais produções científico-acadêmicas que se mostrem úteis e pertinentes à pesquisa em tela, bem como o estudo prático de líderes mulheres em prefeituras municipais.

Com os dados coletados a pesquisa se transformará em um estudo de caso no estado do Ceará, Gil (2018) descreve que este método de pesquisa explora situações da vida real, além de descrever tal situação em contexto. O estudo de caso busca investigar o fenômeno contemporâneo, especialmente quando os limites entre o fato e a circunstância não estiverem claramente evidentes. A pesquisa documental que objetiva complementar a pesquisa bibliográfica.

A opção pelo uso concomitante dos dois métodos de pesquisa se deu porque são relevantes para a completude do estudo aqui desenvolvido, e tem-se que a utilização das duas formas de pesquisa mostra-se benéfica porque uma vem corroborar as informações contidas na outra, e vice-versa, mostrando-se complementares e necessárias ao deslinde do presente estudo. De fato, a parte teórica traz os fundamentos do assunto, e a prática demonstra sua aplicação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de proceder-se ao estudo do tema em si da liderança feminina nas organizações municipais, faz-se necessário ao completo entendimento do assunto o estudo breve e preliminar sobre assuntos de relevância dentro da temática proposta, como o papel da mulher na sociedade contemporânea e nas organizações, conforme se verá a seguir.

2.1 O papel da mulher na sociedade contemporânea

Por muito tempo na história da humanidade as mulheres foram relegadas a papéis subalternos dentro da sociedade. Com o tempo e a evolução das ideias, além da luta das mulheres por igualdade, foi se diminuindo as diferenças entre o tratamento ofertado ao homem e a mulher, em especial nas relações de trabalho.

Este cenário começou a mudar em 1934, quando a mulher passou a participar de decisões sociais, eliminando a restrição quanto ao voto, conquistando um importante espaço. A partir disso, a mulher passou a poder participar da política, tendo direitos iguais aos dos homens neste sentido. Esta conquista foi alavancada por causa da Primeira e Segunda Guerra Mundial, nas quais os homens deixavam seus lares, esposas e filhos para servir nos campos de batalha; assim, as mulheres ganhavam mais responsabilidades e começaram a participar ativamente da sociedade conquistando este importante espaço (SILVA, 2017).

Nos séculos XX e XXI, a mulher passa a ocupar setores considerados até então exclusivamente masculinos, passando elas a executar atividades que nessa época seria direcionada apenas para esse gênero e, muitas vezes, atingindo níveis de escolaridade mais elevados que os homens, o que permite afirmar que houve evolução do papel laboral da mulher, na sociedade atual. Não obstante tais fatos, observamos que a mulher, embora ocupando as mesmas funções, não é valorizada no mesmo nível que o homem no plano social e econômico (SINIGAGLIA, 2018).

Em 1948, a Declaração dos Direitos Humanos instituiu que homens e mulheres são iguais em seus direitos, sendo este um importante documento que norteia a busca pela igualdade. Atualmente ainda se vê muita discriminação de gênero, mesmo em países que seguem a declaração, percebe-se claramente uma ampla diferenciação em questões sociais, de cidadania, no mercado de trabalho, e em várias outras áreas (SILVA; BERRÁ, 2018).

Desde a conquista ao direito de voto, as mulheres vêm lutando para ganhar seu espaço e seus direitos, ocupando cada vez mais espaços na sociedade e atuando de diferentes maneiras. De acordo com dados do ano de 2000, dos 169.799.170 milhões de habitantes no Brasil, as mulheres representavam aproximadamente 51% da população. Em 2014, as mulheres representavam 52,13% do total de eleitores no país. Dados referentes ao ano de 2016 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 44% das mulheres estavam empregadas no país (SILVA, 2017).

No entanto, mesmo com a igualdade dos direitos entre gêneros defendida, a dupla jornada feminina ainda é realidade no mundo, sendo consequência da falta de divisão sexual do trabalho doméstico, o que sobrecarrega a mulher com as inúmeras responsabilidades profissionais e familiares. Por tais motivos a importância do trabalho assalariado, que permitiu com que a mulher alcançasse sua cidadania e dignidade, já que o trabalho realizado, dentro do espaço doméstico, carrega o fardo da desvalorização, desde os tempos mais remotos da civilização (SIMIGAGLIA, 2018).

Nas relações sociais de sexo são atribuídas, de forma prioritária às mulheres, as tarefas referentes ao trabalho doméstico, e aos homens o trabalho produtivo. Isso faz que a alocação de tempo entre trabalho e família seja algo mais conflitante e marcante na vida das mulheres. Em geral, isso não acontece com os homens que têm como *trade-off* mais comum a opção entre trabalho e lazer. Essa naturalização dos distintos lugares sociais que devem ser assumidos por homens e mulheres faz que a "opção" das mulheres seja de forma comum por mais família e menos trabalho remunerado (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

As alterações nos horizontes de mulheres na contemporaneidade são reflexos das amplas transformações socioculturais que marcam os tempos atuais (BORGES, 2013, p. 72). Diversos grupos que sofrem qualquer forma de discriminação, como mulheres, estão cada vez mais ocupando o espaço de igualdade dentro da atual sociedade.

Os papéis parecem designar quem o ser humano será ao longo de sua trajetória de vida, e assim também o é com as mulheres, que na atualidade tem assumido uma série de papéis que em um passado recente se referiam quase que exclusivamente aos homens. Tal fato trouxe mudanças não apenas para a rotina da mulher contemporânea, mas também para seus projetos de vida e suas escolhas pessoais e profissionais (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

Na atualidade muito se modificou com relação as mulheres e sua história. Suas trajetórias de vida são menos padronizadas, ou sejam, seguem menos os padrões pré-

estabelecidos para as mulheres, e temas como trabalho, profissão e independência financeira têm ganhado cada vez mais relevância nos seus projetos, e assim, a identidade feminina é cada vez menos influenciada pelos papéis familiares tradicionais a ela impostos pela sociedade patriarcal ainda vigente (BORGES, 2013, p. 71).

Um importante coadjuvante no caminho percorrido pelas mulheres em busca de seus próprios direitos e da igualdade de gêneros foi o feminismo. Resultante da ação e da reflexão das mulheres, o feminismo tornou-se uma mistura de postura pessoal (comprometida com a mudança das realidades opressoras), movimento político-social (enfrentamento das desigualdades e reivindicação de direitos) e reflexão teórica (sobre o conhecimento e as experiências feminina). O feminismo implicou em mudanças pessoais e coletivas, atingindo questões de ordem pública e de ordem subjetiva, e afetando todas as redes de relações humanas (ZIRBEL, 2007, p. 18).

As alterações nos horizontes de mulheres na atualidade são interpretadas como reflexos das diversas transformações socioculturais que são a marca do tempo atual, e para o correto entendimento de tal fenômeno é necessário o debate do tema pela perspectiva da trajetória de vida como viés de análise, apreendendo, assim, o desenrolar da vida de cada pessoa como algo codificado e organizado social e culturalmente, sendo, portanto, produtos destes (BORGES, 2013, p. 71).

Embora as desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções permaneçam, é inegável que a crítica feminista sobre as desigualdades no mercado de trabalho teve papel importante na intensa diversificação, em termos ocupacionais, experimentada pelas mulheres nas últimas três décadas. Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Mesmo com a luta das mulheres por seus direitos e sendo inegável a evolução nas condições de respeito a seus direitos, o acesso da mulher a posições de liderança ou de poder nas organizações ainda é um fato que demanda lutas, sendo primordial a reflexão sobre a liderança feminina nas organizações de trabalho, eis que o número de mulheres participando do mercado de trabalho não tem precedentes (KANAN, 2010).

Na atualidade o papel da mulher na sociedade está consolidado, tendo havido modificações inclusive em costumes sociais como casamento e maternidade. Em especial nas organizações de trabalho a mulher vem alcançado cada vez maior visibilidade e assumindo posições inclusive de liderança, conforme se verá no capítulo seguinte.

2.2 Liderança da mulher nas organizações

Com o passar do tempo e como consequência da luta das mulheres por seus direitos, como do movimento feminista, tem-se que a mulher foi ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, alçando papéis de liderança dentro das organizações. Necessário aqui se explicar brevemente sobre liderança, e seu papel nas organizações.

Em época contemporânea é inquestionável a importância que a liderança tem para uma organização, sendo que tem havido uma mudança gradativa no perfil do líder e nos estilos de liderança, que passaram a ser mais flexíveis e democráticos. Isso se deu devido ao desenvolvimento de equipes eficazes e altamente produtivas depender em grande parte do papel desempenhado pelo líder, e para que a equipe apresente tais bons resultados é necessário que a mesma esteja motivada.

O desenvolvimento de equipes eficazes depende da liderança, pois, ao confiarem nos líderes, os subordinados ficam dispostos a assumir riscos para alcançar os objetivos (SHEN; CHEN, 2007). Os membros da equipe acreditam que seus direitos e interesses não serão desconsiderados pelo líder. Assim, há um efeito positivo entre liderança e compromisso do liderado (DIAS; BORGES, 2015, p. 212).

A visão tradicional do papel de liderança costuma estar associada ao sexo masculino, sendo que os homens são considerados líderes naturais. Da mesma forma, existe muito mais homens nos cargos de gestão das empresas do que mulheres, o que os torna o padrão, enquanto as mulheres serão sempre o outro. Ser o outro, ou um token, coloca a mulher em evidência, tendo suas ações escrutinizadas e analisadas de forma muito mais frequente, o que aumenta a pressão sofrida no trabalho (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018, p. 340).

Mudanças nas organizações e em suas gestões ocorrem diuturnamente, inclusive com relação a mulheres em tais cargos, e cada vez mais em época contemporânea verifica-se que as mulheres estão não só assumindo cargos de liderança como estão inclusive se destacando, em virtude de suas qualidades intrínsecas femininas.

Homens e mulheres nascem com igual condição de igualdade, mas a sociedade, através de sua cultura trouxe a discriminação entre os sexos, através de ideologias que pregavam a inferiorização da mulher e lhe atribuíam apenas papéis secundários e domésticos. Atualmente, vive-se em tempos marcados por uma igualdade formal, em especial após o advento da Constituição Federal de 1824, apesar disso estamos longe de atingir uma igualdade substancial,

na qual, homens e mulheres possam desempenhar os mesmos papéis laborais, seja dentro de seus lares, seja no mercado de trabalho, com a mesma valorização (SINIGAGLIA, 2018).

As mudanças organizacionais são iminentes, uma vez que há uma reestruturação na missão e visão governamental. Essas transformações devem ser planejadas e encabeçadas pelos gestores da administração pública, disseminando a nova cultura em todos os níveis. O capital humano torna-se o principal bem da organização, como parceiro e não mais apenas como recurso humano institucional. Afinal, são eles que possuem o conhecimento, habilidades e competências necessárias para elevar a organização a níveis de alta produtividade, inovação e eficiência nos serviços oferecidos (FREITAS, 2017, n/p)

Com base no exposto, até recentemente as organizações têm valorizado apenas o relacionamento com clientes, consumidores e público alvo, com o passar do tempo foi-se criando uma conscientização no sentido de que a valorização do público interno também é de vital importância, e que profissionais que trabalhem motivados apresentam melhor produtividade e qualidade de vida. Também se conscientizaram que a motivação da equipe sofre influência direta do líder e do estilo de liderança por ele apresentado, trazendo como consequência a necessidade, para as empresas, de se investir em profissionais altamente qualificados para os cargos de liderança.

Segundo Silva (2015), liderança seria, um fenômeno social complexo que decorreria de determinadas características dos líderes, bem como dos comportamentos apresentados por eles e ainda de condições situacionais, sobretudo, a interação entre líderes e subordinados e variáveis situacionais como os valores organizacionais. Lideranças ativas atuam em termos do incentivo à aplicação do trabalho como também um suporte à transferência das novas habilidades e atitudes aprendidas.

Para Luz (2012), o clima de uma organização é bom quando são predominantes atitudes positivas, que proporcionam sentimentos como alegria, dedicação, entusiasmo, motivação, satisfação e comprometimento nas pessoas e no ambiente. Já outras situações, favorecem a sensação de estresse, desinteresse, rivalidade e resistências às mudanças, o que gera um clima ruim, desfavorável.

Pôde-se observar que mulher no cargo de liderança já é uma realidade, não obstante os percalços que elas ainda tenham que enfrentar em sua caminhada dentro das organizações e dentro da própria sociedade patriarcal ainda vigente.

Baseando-se na história da mulher na sociedade, é possível entender o radicalismo patriarcal que marcou a utilização de atitudes preconceituosas para com as mulheres durante

tantos anos, deixando-a em desvantagem com relação ao homem e rotulando-a de incapaz e despreparada. Sendo assim, as regras e normas jurídicas devem levar em consideração os valores atribuídos às mulheres, de modo que elas acabam tendo jornada dupla de trabalho, sendo também mãe e dona de casa, enquanto num outro momento são funcionárias assíduas do mercado de formal trabalho (ROCHA, 2013, p. 77).

Então, é possível perceber que, no século XXI, a atuação da mulher em vários papéis e funções é realidade comprovada; contudo, apenas algumas conseguem ocupar, no universo organizacional, posições de liderança. É o que se evidencia quando analisa-se que não obstante as mulheres representarem em torno de 40% da população ativa no mundo ocidental, elas ainda são uma minoria nas posições de gestão e na política, sendo quase invisíveis nas posições de liderança. São tão importantes quanto necessárias, portanto, todas as oportunidades de esclarecimento ou investigação sobre a atuação da mulher em posição de liderança, pois podem constituir base para adoção de estratégias que possibilitem sua escalada na hierarquia das organizações (KANAN, 2010).

Ressalte-se que a liderança feminina é considerada em muitos aspectos mais positiva e eficaz que a masculina, por aliar a fatores de liderança as características femininas, como a maior diplomacia e tato para gerir os negócios e tomar decisões. Nas organizações públicas, em que adjetivos como diplomacia e política devem estar presentes, a mulher na liderança se revela ainda mais benéfico, conforme se analisará no capítulo seguinte.

2.3 Liderança das mulheres nas organizações públicas

O papel de liderança das mulheres nas organizações resta consolidado, não obstante os obstáculos que ainda na atualidade se apresentam. Da mesma forma, nas organizações públicas, tem-se que a liderança da mulher também é uma realidade, mesmo que em número muito aquém do desejado e necessário para a verdadeira igualdade de gêneros.

Nos últimos tempos, as mulheres têm demonstrado sua competência no trabalho, encarando os desafios organizacionais com persuasão e vontade, e suas características próprias como sensibilidade tem grande influência na atualidade, com tantas transformações que precisam de mudanças imediatas, pois o estilo feminino consegue obter sucesso na tarefa de conversão de hábitos com a transparência e a suavidade, que são essenciais no desenvolvimento do indivíduo no ciclo organizacional (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011).

Delimita-se, com o passar do tempo, um novo perfil para os gestores, esse com base em características como simplicidade, intuição, instinto, percepções e julgamento, muitas delas consideradas femininas. Soma-se a isso, o que sugere Machado (1999), quando diz que as mulheres têm um estilo marcado pelo senso de responsabilidade levando-as a uma melhor realização de suas atividades, e gerando uma satisfação maior dos envolvidos no processo organizacional. Além disso, a busca pela qualidade, o desejo de realização, o estilo de liderança voltado para as pessoas, e o estilo de decisão constituem, conjuntamente, características do comportamento das mulheres, fazendo com que a referida organização tenha um maior tempo de vida no mercado (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011).

Ao longo dos tempos a mulher tem passado por transformações com relação a reconfiguração de seu papel na sociedade. Com sua entrada no mercado de trabalho, configuram-se também novas lideranças e novas formas de exercer poder. Elas passaram a ocupar cargos e funções até então desempenhadas exclusivamente por homens trazendo um novo dinamismo às organizações públicas. A evolução nos modelos gerenciais públicos tem permitido que um número cada vez maior de mulheres, ocupem espaços na política e na gerência de órgãos públicos, embora o número de mulheres atuantes na política venha aumentando ao longo dos últimos anos ainda é sub-representado se comparado ao número de homens (SCHERER, BOTELHO, 2018).

Na gestão pública as mulheres enfrentam ainda mais obstáculos para alçarem a cargos de liderança, e isso ocorre a diversos motivos, como ainda ser um ambiente predominantemente masculino. Desafios e aprendizagens esperam pelas mulheres que decidem atuar na liderança de organizações públicas, em especial em cargos executivos como de prefeita, em que não conta com sistema de cotas.

Referente à atuação feminina em cargos públicos, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, embora as mulheres representem em média 52% do eleitorado do Brasil no ano de 2012, essa mesma proporção não é retratada na ocupação dos cargos políticos, eis que 11,92% do total de municípios brasileiros elegeu, para a gestão 2013-2016, mulheres para estarem a frente das respectivas prefeituras, ou seja, 664 prefeitas (SCHERER; BOTELHO, 2018).

Importante ressaltar que em 2020 tais dados pouco se modificaram, eis que nas últimas eleições ocorridas no Brasil poucas mulheres foram eleitas, se considerar-se a proporção de mulheres que se candidataram.

Percebe-se a referência a características marcadamente femininas, como bem demonstrou Oliveira (2000) relacionando-as a autenticidade, colaboração, emoção, intuição, iniciativa, sensibilidade, flexibilidade e capacidade de persuasão, sendo estas determinantes na compreensão da postura adequada a um/a gestor/a. A manifestação desse conjunto de características permite afirmar que os colaboradores valorizam cada vez mais os traços de gestão ditos femininos, em detrimento de posturas masculinizadas, até então associadas ao modo de agir de gestores homens: frieza, objetividade, neutralidade, formalismo e lógica, de acordo com Oliveira (2000). Esse fato corrobora o que afirmam Gomes e Santana (2004), ao constatarem a crescente participação feminina nas organizações e sua contribuição para a construção de um novo paradigma, pautado na valorização de aspectos relacionados a um estilo de liderança feminino (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011).

A mulher está cada vez mais sendo valorizada no papel de liderança nas organizações, em especial nas organizações públicas, e a crescente participação feminina na gestão pública se revela ainda mais presente na gestão pública municipal, conforme se verá no capítulo seguinte.

2.4 Liderança feminina nas organizações municipais

Os municípios estão cada vez mais sendo geridos por mulheres, que vem ganhando as eleições municipais com vantagem, e isso se deve a diversos fatores. Além das questões já pontuadas que demonstram a preferência da liderança feminina, como intuição e flexibilidade. Tem-se ainda que na gestão pública essa preferência pela liderança feminina se revela ainda mais presente, eis que uma das questões mais presentes na gestão pública brasileira é o uso da máquina pública para atos ilícitos como corrupção, e a mulher se revela na prática menos tendente a se envolver em atos ilícitos ou mesmo imorais. (MARCELO, 2009)

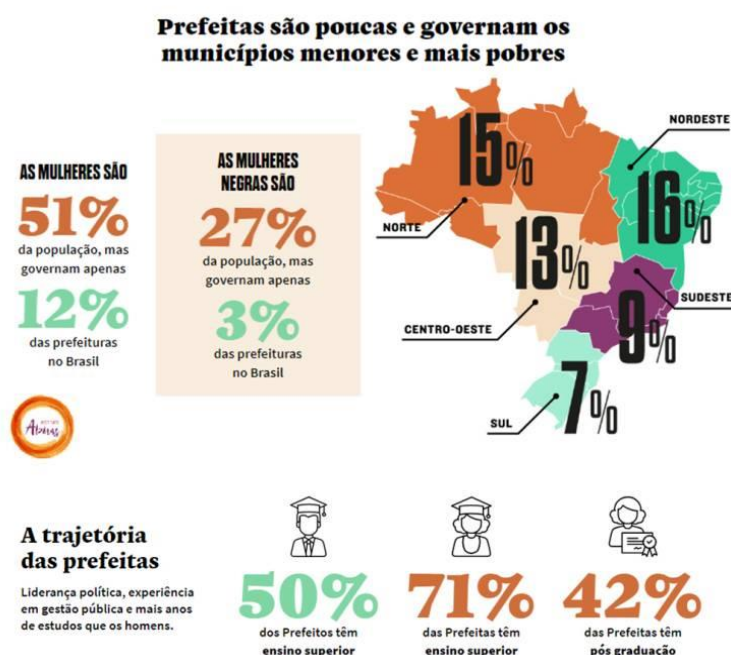
A participação feminina na política ainda enfrenta diversos obstáculos, sendo que movimentos reivindicatórios passaram por diversas etapas: a luta pelo direito ao voto, a busca por igualdade de oportunidades e de representação, tanto pelas cotas como pela democracia paritária, e as mulheres mesmo após décadas da onda de disseminação do sufrágio feminino, ainda são sub-representadas nos parlamentos ao redor do mundo, compondo pouco mais de 20% dos parlamentos eleitos (SPOHR *et al* 2016).

Tem-se ainda que a administração pública é gerida por uma série de princípios, muitos deles constitucionais, tanto específicos do poder público, como os contidos no art. 37

da Carta Magna como os gerais espalhados pelo corpo do texto constitucional. Tais princípios ditam como a organização pública deve ser gerida, ou seja, com respeito a legalidade e a moralidade. Por tal motivo, revela-se muito importante ter uma gestão pública em estrita conformidade legal.

Muitos são os avanços conquistados pelas mulheres, particularmente nas últimas décadas do século passado, mas muitos são os desafios que se avistam como enfrentamentos neste novo século. A presença cada vez maior em partidos e na vida política, a conquista – pelo mérito – de espaços nas universidades, órgãos públicos, sindicatos, ONG'S evidenciam conquistas irreversíveis, fruto da luta histórica de muitas outras mulheres. A superação de preconceitos, da indiferença, da violência são pontos cruciais, uma mazela social a ser sanada, a fim de posicionar a mulher no lugar que lhe é devido pela história. O número de mulheres que hoje ocupam cargos de chefia, tanto na iniciativa privada como no serviço público, tanto empregadas quanto empresárias, reflete os aspectos da vida íntima, onde cada vez mais mulheres chefiam famílias e nos permite vislumbrar um futuro cheio de grandes perspectivas e muito mais espaços a serem ocupados (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011, p. 11).

Figura 1: Percentagem de mulheres eleitas prefeitas nas últimas eleições municipais



Fonte: Revista Exame (2019).

Pôde-se perceber que a gestão feminina atua muito mais dentro dessa conformidade legal e de princípios, em função de todos os motivos já elencados, como o menor envolvimento da gestão feminina em atos de corrupção. Na gestão municipal essa participação se revela ainda mais benéfica, pelas próprias características deste tipo de gestão, mais centralizador e autárquico, no entanto, a liderança feminina nas organizações municipais ainda é tímida.

Visando modificar essa realidade, tem se tentado tomar medidas visando aumentar a participação das mulheres no cenário político, como o sistema de cotas, no entanto, tais medidas não encontram o respaldo necessário. O Brasil adota uma ideologia patriarcal, o que traz ainda mais desafios à participação das mulheres na política, e a luta das mulheres foi longa e desafiadora. No entanto, pouco tem mudado na realidade atual. Mesmo com a aprovação em 1995 da lei 9.100 e em 1997 da lei 9.504, que garante atualmente cota mínima de 30% de gênero nas chapas das candidaturas dos partidos políticos, pouca coisa mudou, sendo a porcentagem na prática bem inferior aos 30%.

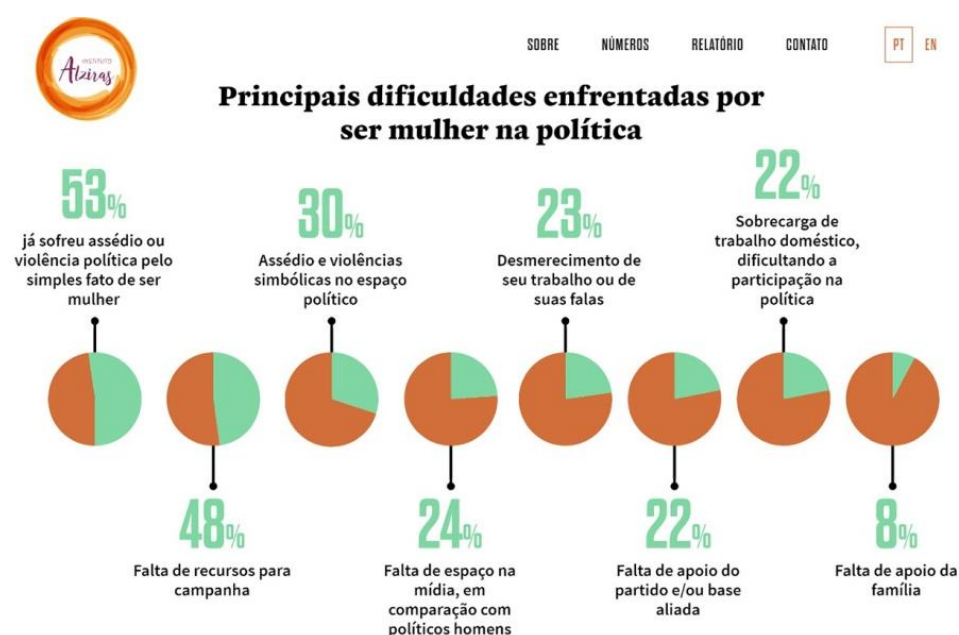
Sobre as cotas eleitorais para mulheres, pode-se destacar dois acontecimentos, a Lei 9100/95 e a Lei 9504/97. A primeira lei prescrevia a exigência do registro de no mínimo 20% de candidaturas femininas por cada partido ou coligação. Na mesma época, a então Deputada Federal Marta Suplicy, apoiada por mais 26 deputadas, elaborou o Projeto de Lei 783, que cominou na revogação do art. 92 do Código Eleitoral, aumentando o percentual mínimo para 30%, entrando em vigor a segunda lei acima citada (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011, p. 11).

Notou-se que para o cargo de liderança na gestão municipal tal sistema de cotas não se apresenta eficaz, eis que tal sistema não contempla o poder executivo, tendo em vista que está limitada a cargos escolhidos por sistema proporcional. Além disso, existem ainda em vigor mecanismos de controle e dominação que mantém a baixa participação das mulheres nos cargos de liderança, em especial o municipal. Isso ocorre porque na esfera municipal é mais fácil tais mecanismos serem amplamente utilizados, tendo em vista a estreita esfera de poder que detém o município.

Percebe-se do estudo realizado, que todas as prefeitas municipais já possuíam alguma atuação política anterior, que a prepararam para a gestão assumida. Muitas atuaram em cargos políticos anteriores através do sistema de cotas, tendo sido elas convidadas a concorrerem ao cargo em função do partido necessitar preencher as cotas femininas, com a apresentação de cota de 305 de mulheres concorrendo aos cargos legislativos.

Segundo Sousa, Siqueira e Binotto (2011, p. 229) as prefeitas por elas entrevistadas afirmaram que ações afirmativas como a Lei de Cotas são de extrema relevância para o surgimento de lideranças femininas, ainda que em um momento inicial, possa parecer “obrigação” para a mulher candidatar-se para o preenchimento das vagas exigidas por lei, aos poucos, vão-se formando lideranças femininas na gestão pública, em especial na municipal, mesmo que os problemas enfrentados ainda são inúmeros, conforme gráfico abaixo.

Figura 2: Principais dificuldades enfrentadas por mulheres na política



Fonte: Bionaladg (2019).

Na Figura 2 percebe-se que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que participam da vida pública e da política são inúmeras, desde assédio a sobrecarga de funções, eis que a maioria além de profissionais e políticas são mães e esposas, e vigora ainda no mundo contemporâneo e machista o entendimento de que as mulheres devem ser responsáveis pelo bem-estar da família e pelos cuidados com os filhos.

Existe nos discursos, um sentimento de "responsabilidade" e o reconhecimento da necessidade de honrar os votos e a confiança dos eleitores conduzindo à ideia de uma conquista, de uma importância de ter “chegado lá”. O pioneirismo em relação ao papel de uma mulher à frente da prefeitura dos seus municípios também é bastante mencionado, sendo que a maneira de expor a trajetória política inaugural de mulheres nos seus municípios, o que sugere algo de dimensão afirmativa da presença feminina em espaços de representação (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011, p. 11).

Por tudo o exposto, conclui-se que a luta da mulher pelo direito não só a concorrer a cargos públicos como ainda a receber tratamento igualitário em tais cargos ainda se encontra longe de acabar, em especial nas prefeituras. A participação feminina na liderança da gestão municipal ainda tem um caminho a ser percorrido até seu fortalecimento, e estudar as mulheres que desenharam suas carreiras profissionais na vida pública é relevante para o fortalecimento de um movimento que se espera, leva cada vez mais mulheres a cargo de liderança municipal. Conclui-se que falta subsídios para que mais mulheres se interessem por atuar em cargos políticos, e esforços devem continuar sendo dispendidos neste sentido.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é classificado segundo Gil (2018) quanto a sua finalidade como pesquisa aplicada, onde este tipo de pesquisa é voltado à obtenção de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica. Segundo o autor o estudo é classificado quanto ao seu objetivo como exploratória e descritiva, onde as pesquisas exploratórias possuem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, de modo a torná-lo mais compreensível. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2018, p.26).

Com relação à pesquisa descritiva, o mesmo autor esclarece que:

Têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Estas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, constitui o tipo mais complexo e delicado de pesquisa, já que o risco de cometer erros eleva-se consideravelmente. (GIL, 2018, p.26).

Com os dados coletados a pesquisa é um estudo de caso, onde Gil (2018) descreve que este método de pesquisa explora situações da vida real, além de descrever tal situação em contexto. O estudo de caso busca investigar o fenômeno contemporâneo, em especial com relação aos limites, se entre o fato e a circunstância não estiverem evidentes tais limites.

Para a coleta de dados da pesquisa que além de ser bibliográfica, houve a necessidade de coletar dados de pesquisa documental para melhor análise, onde foram utilizadas informações de artigos científicos, livros, revistas e bancos de dados de plataformas digitais. Essa Pesquisa Documental, que de acordo com site Projeto acadêmico:

Ela não se mantém em um apoio bibliográfico, mas sim em dados secundários oriundos de livros, periódicos, entre outros. É um recurso bastante usado como uma ferramenta complementar, que proporciona uma base de apoio com fontes variadas com intuito de consulta. (PROJETO ACADEMICO, 2018).

A opção pelo uso do aludido método de pesquisa se deu porque são relevantes para a completude do estudo aqui desenvolvido, e tem-se que a utilização de tal forma de pesquisa revela-se benéfica porque uma vem corroborar as informações contidas nas obras referendadas, eis que a parte teórica traz os fundamentos do assunto.

Segundo Massukado (2008,p.14), o processo de pesquisa na abordagem qualitativa contempla, geralmente, etapas bem definidas. Prossegue a autora: “[...] a distinção pode ser

feita em cinco fases, abordando o pesquisador, as perspectivas teóricas, estratégias de pesquisa, métodos de coleta e análise e a interpretação e apresentação”.

Os assuntos estudados dentro da proposta a que o presente trabalho se propõe são de caráter objetivo porque trata-se de estudo de caso através do levantamento de números e estatísticas no qual obtive a coleta dos dados pelo site STE. Foram realizados estudos em diversos sites, livros e periódicos nacionais. Focou-se a busca em publicações mais recentes, dando-se preferência aos publicados a partir de 2020.

Para melhor elucidação sobre a questão das mulheres nas prefeituras, procedeu-se a um estudo onde se buscou analisar a participação representativa das mulheres nas prefeituras cearenses, demonstrando-se assim como as mulheres na liderança municipal ainda é uma exceção no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que o objetivo a ser alcançado com o presente trabalho possui como objetivo geral estudar a proporção de liderança da mulher na gestão municipal cearense, e como objetivos específicos analisar o papel da mulher na sociedade contemporânea, estudar a liderança feminina nas organizações públicas, e por fim estudar a liderança feminina nos municípios cearenses.

4.1 Discussão de resultados de estudos sobre participação feminina na gestão

Em um estudo comparativo sobre a representatividade feminina no Brasil e na Índia, que conta com regularização do número de cotas femininas na política desde 1992. A Índia, por suas próprias características, é um país onde a participação feminina na sociedade em geral é vista com reservas, e o sistema de cotas implantado no país tem se mostrado efetivo. No Brasil também o sistema de cotas tem se revelado bastante significativo, eis que é através dele que a maioria das mulheres começam a atuar na política e em cargos públicos, muitas vezes de início apenas para preencher as vagas, mas que com o passar do tempo revelam-se boas políticas e boas gestoras, passando a atuar em cargos cada vez maiores, como na prefeitura. Mesmo que para o cargo de prefeita as cotas não sejam cabíveis, são elas que trazem a maioria das mulheres para a política.

As mudanças políticas e culturais, mesmo que consideradas sem grandes aprofundamentos, trazem uma percepção de que é possível considerar uma tendência, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais brasileiras. A Lei 9504/97, conhecida como “Lei das Cotas”, estabelece um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas nas das coligações, parecendo ser um mecanismo afirmativo de inserção das mulheres na política. Embora ainda haja críticas sobre sua efetividade, considerar-se que, mesmo que de forma lenta e gradual, esse instrumento legislativo passa a ser uma ação afirmativa para as mulheres (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011, p. 11).

O gosto e a dedicação que tais mulheres demonstram em cargos públicos resta evidente, demonstrando que são elas inspiradas por fins nobres. Segundo Sousa, Siqueira e Binotto (2011, p. 239) as prefeitas por elas entrevistadas demonstram características comuns entre elas como firmeza, alegria, apego à família, laços com a comunidade e uma preocupação com o social. Ao serem questionadas sobre os motivos que as levaram à vida política, a comunidade aparece como o elemento mais importante para essa escolha de vida.

Uma questão bastante marcante na liderança municipal feminina diz respeito a conciliar o papel social que no caso de prefeito pode ser desempenhado pela primeira-dama, e do papel político e administrativo que a função exige, e assim a presença feminina em cargos políticos traz significados, que, a princípio, podem parecer excludentes, mas que tem sua utilização como valores que se complementam na construção de identidades políticas estratégicas femininas. Existe atualmente a consciência de que o papel de mãe e esposa não é oposto ao administrativo, sendo apresentados como evidência da capacidade de gestão da mulher.

A representatividade da mulher em altos cargos vem aumentando ao longo dos anos, mas as dificuldades ainda persistem (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). As mesmas barreiras que as mulheres enfrentam para se alçarem cargos de liderança nas organizações privadas também enfrentam nos cargos públicos como prefeituras, sendo que na política tais desafios se apresentam ainda mais exacerbados.

Tais desafios ocorrem mesmo já estando comprovado que as mulheres costumam apresentar estilos melhores de liderança. Para Hryniewicz; Vianna (2018) o que pode explicar a ocorrência mais comum de mulheres com estilos melhores de liderança pode ser porque os homens possuem mais acesso a cargos de liderança, o que faz com que mulheres tenham de se apresentar melhores qualificadas para ter acesso aos mesmos cargos, inclusive na política. Questões como preconceito, aparência pessoal, idade, resistência à liderança feminina têm sido apontados por mulheres como algumas das barreiras enfrentadas por elas para atuarem em cargos de liderança, em especial a política.

A dificuldade de liderança das mulheres é real, existindo constante questionamento, teste e preconceito. A liderança feminina, no aspecto de gerenciamento de homens, em especial os mais velhos, pode representar um desafio, eis que não é algo comum e a sociedade, eminentemente patriarcal, ainda não está acostumada a esse tipo de relacionamento. Por tal motivo, quando as pessoas se deparam com tal situação, elas podem agir com estranheza e não ser tão receptivas ou respeitosas (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018).

No Norte do Brasil, 14,7% das cidades eram administradas por prefeitas em 2017, um aumento em relação a 2013, quando havia 12,7%. Nesse dado, o estado de Roraima se destaca com 33,3% de mulheres prefeitas (BRASIL, 2018).

No entanto, não se pode esquecer que o Brasil foi o primeiro país latino-americano a eleger uma mulher para comandar uma prefeitura: Alzira Soriano, na cidade de Lages, no

interior do Rio Grande do Norte em 1928. No entanto, passados 90 anos dessa conquista histórica as mulheres ainda permanecem insuficientemente representadas em todos os níveis de governo, apesar de serem a maior parte do eleitorado.

Frente a tão importante participação o Instituto Alzira recebeu tal denominação de forma a trazer o necessário reconhecimento a tão ilustre figura, que a seu modo foi uma lutadora na busca pelos direitos femininos no Brasil.

O Instituto Alziras, confere valor e visibilidade ao trabalho realizado por tantas mulheres que superaram barreiras significativas para ocupar espaços de poder na política municipal, fazendo avançar o debate em torno de seus direitos políticos, sem discriminação de nenhum tipo, em igualdade de condições e com as mesmas oportunidades que os homens (RIO DE JANEIRO, 2018).

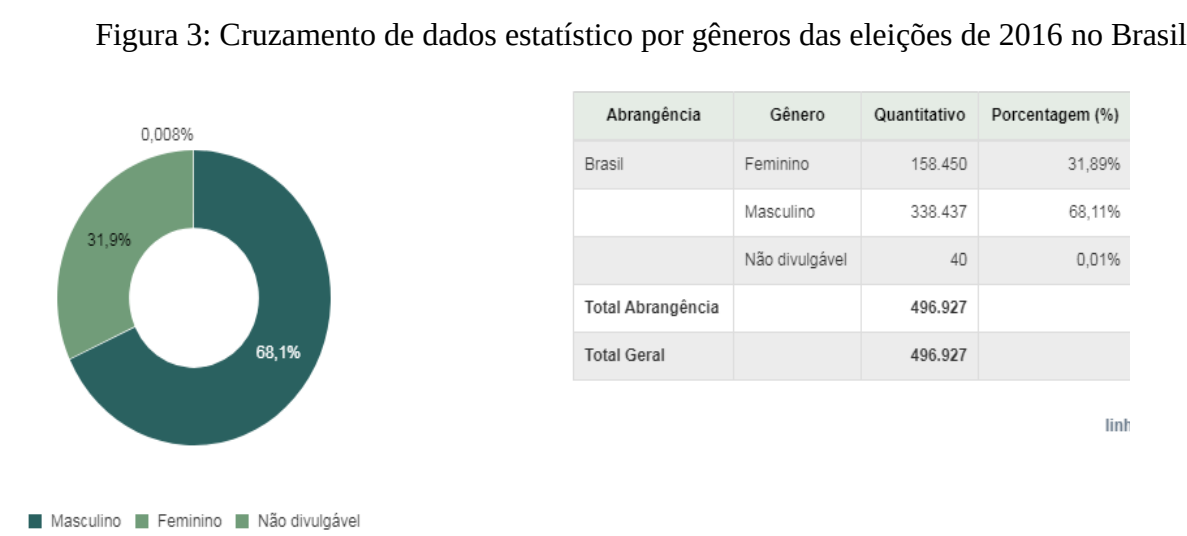
A existência do aludido instituto demonstra que, não obstante os inúmeros desafios que ainda enfrentam as mulheres no mercado, em especial na política e para alçar cargos de liderança, a união das mulheres fortalece a luta e facilita o enfrentamento a desafios a serem vencidos no mundo público. No entanto, os desafios ainda existem e devem ser superados, muitas vezes através da luta apenas feminina.

Segundo o Instituto, o número de prefeitas vem caindo no Brasil. Na atualidade, com 11,7% de mulheres à frente das prefeituras, o Brasil segue abaixo da média de 14,6% de Prefeitas nos países da América Latina, Caribe e Península Ibérica, conforme indicador calculado pelo Observatório de Igualdade de Gênero da CEPAL. Enquanto isso, na Espanha e no Uruguai, o percentual de mulheres que ocupam o cargo de chefia do poder local é de 19,1% e 21,4%, respectivamente (ALZIRA, 2020).

O percentual de Prefeitas no Brasil mostra-se destoante quando comparado com a participação feminina no eleitorado brasileiro (53%)¹⁷, no número de filiados a partidos políticos (44%)¹⁸, no número de entrantes no ensino superior (57%)¹⁹ e na ocupação de vagas formais no mercado de trabalho no país (44%)²⁰. Isso demonstra a necessidade de aprofundar a análise das razões da sub-representação feminina na política de um modo geral, e no poder executivo municipal especificamente, bem como suas implicações políticas e sociais (ALZIRA, 2020).

Em especial na política tais enfrentamentos podem ocorrer de maneira ainda mais exacerbada, por representar ainda um ambiente preponderantemente masculino. No entanto, cada vez mais tais barreiras estão caindo, e não obstante ainda existe um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres no campo político, tem-se que cada vez mais existe uma aceitação

não só da mulher em cargo de liderança política, como de que a gestão feminina apresenta por suas características melhores resultados e maior eficiência. No entanto, os resultados em eleições, nas candidaturas feminina vem mostrando um leve crescimento, desta forma a necessidade de um trabalho de incentivo para o envolvimento das mulheres na política. Embora vivemos em uma sociedade onde as pessoas tem o costume de pensar que as mulheres não são capazes de assumir responsabilidades, principalmente as que são associadas aos homens. Segue uma figura que mostra como ficou as eleições de 2016 no Brasil de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral-TSE, no tange a situação feminina.



Fonte: TSE- Estatísticas Eleitorais (BRASIL, 2016)

As pressões sofridas pelas mulheres em cargo de liderança municipal são inúmeras, incluindo-se as relativas a vida privada, sentindo necessidade de resguardarem suas vidas privadas e famílias. Tal fato revela o tamanho do preconceito que ainda existe com relação à mulheres em cargos de liderança política. Destaca-se ainda, com relação às dificuldades enfrentadas pelas mulheres prefeitas, o preconceito existente muitas vezes pelas próprias mulheres, que não reconhecem a mulher em papéis de autoridade.

Assim, as relações entre o masculino x feminino não deixa de estar presente nos discursos e nas atuações dessas prefeitas. Preocupações com imagem, com os vários papéis a serem desempenhados, com a qualidade da gestão, e até mesmo a relação com o próprio eleitorado feminino permeia a vida dessas mulheres prefeitas (SOUSA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011, p. 11).

Pelo exposto, não há como ignorar que a participação das mulheres na política, em especial no cargo de prefeitas, ainda é bastante tímida no Brasil, em especial em regiões como Sul e Sudeste, no entanto, assim como os direitos e o espaço das mulheres vem se ampliando na sociedade contemporânea, tal tendência também ocorrerá na política, em especial após a comprovação de que a mulher em cargos de liderança, em especial na política, só traz benefícios e vantagens.

4.2 Participação feminina na gestão dos municípios do Ceará

Verificou-se numa publicação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, segundo a Deputada Fernanda pessoa que:

O foco é incentivar as candidaturas femininas em todo o Estado porque compreendemos que a sociedade ainda está muito desequilibrada do ponto de vista da representatividade. Somos cerca de 52% da população e temos menos de 15% de representação feminina nos espaços políticos”, afirma a deputada estadual e vice-presidente do PSD Ceará, Patrícia Aguiar, cujo partido realizou encontro na última sexta-feira (22). No Ceará, considerando os principais espaços de debate político, o maior índice de participação feminina é na Câmara Municipal de Fortaleza, com sete vereadoras dentre 43 parlamentares. Ainda assim, são muitos os desafios dessa atuação. (ALCE,2020)

Desta forma atualmente no Brasil o eleitorado feminino vem sendo bastante avançado quanto ao interesse delas para concorrer a vários cargos públicos assim como o de prefeita para as próximas eleições de 2020. Assim durante o mês de março do corrente ano o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem inovando as normas para as candidaturas para as próximas eleições com o foco para as mulheres, e é através de meios de comunicação como TV, rádios e outras, que foi lançado para tal proposta uma campanha de incentivo para as mulheres na política. Normas essas que, embora não seja igualitária com os homens impõe que seja filiada aos partidos em torno de 30% de mulheres. O vídeo publicado para o lançamento da campanha passa a seguinte mensagem: “Quando uma mulher tem voz ativa, ela incentiva outras a falarem também. Quando uma mulher lidera, ela incentiva outras a liderarem também. Quando uma mulher ocupa um cargo público, ela incentiva outras a ocuparem também”. (BRASIL, 2020)

Como mostra a publicação do site do TSE:

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou a veicular, neste domingo (1º), a campanha Mulheres na Política, que vai ao ar durante este mês de março em emissoras de TV e rádio de todo o país e nos perfis da Justiça Eleitoral nas redes sociais. A divulgação é parte das comemorações alusivas ao Dia da Mulher, celebrado em 8 de março. As peças, produzidas sob a coordenação da Assessoria de Comunicação do TSE, incentiva as mulheres a participarem da vida política e a se candidatarem a

cargos públicos, com a ideia de que, quando uma mulher defende seus direitos, incentiva outras a defenderem também. (BRASIL, 2020)

Como base no exposto, conclui-se que o papel da mulher na liderança política, em especial a municipal, ainda é incipiente, no entanto cada vez mais tal realidade vem se transformando, assim como vem mudando o papel da mulher na sociedade contemporânea, onde ela saiu do papel de coadjuvante para o papel de líder e atuante social e política. Assim como o papel da mulher na sociedade vêm se ampliando, também na política espera-se que cada vez mais mulheres concorram a cargos políticos, de forma que suas inúmeras qualidades possam ser mais bem aproveitadas, inclusive na gestão pública.

Importante ressaltar que o Ceara é um dos estados brasileiros que mais tem participação de mulheres em cargos políticos. A figura abaixo demonstra a participação efetiva das mulheres na política em 2016, revelando que os estados Ceará ainda possuem uma participação efetiva das mulheres em cargos políticos, embora ainda em uma pequena porcentagem.

Figura 4: Cruzamento de dados estatístico por gêneros das eleições de 2016 no Ceará



Fonte: TSE- Estatísticas Eleitorais (BRASIL, 2016)

Tais dados demonstram como ainda a busca por participação feminina não só em cargos de lideranças políticas, mas na própria política no Ceará ainda é pequena comparado aos outros estados do Brasil, como mostra a tabela a seguir:

Percentual e quantitativo da representatividade de mulheres nas lideranças políticas das últimas eleições para prefeita.

Tabela 1: Representatividade feminina nas eleições no ano de 2016

	Estado	Quantidade de mulheres que participaram das eleições	Representatividade
01	Acre	739	31,99%
02	Alagoas	2.312	31,81%
03	Amazonas	3.001	31,41%
04	Amapá	625	33,30%
05	Bahia	11.707	31,81%
06	Ceará	4.716	31,63%
07	Espírito Santo	3.298	31,52%
08	Goiás	6.819	31,09%
09	Maranhão	6.001	32,35%
10	Minas Gerais	25.002	31,78%
11	Mato Grosso do Sul	2.369	32,07%
12	Mato Grosso	3.350	32,21%
13	Pará	6.607	32,06%
14	Paraíba	3.806	31,72%
15	Pernambuco	5.992	31,35%
16	Piauí	3.250	31,88%
17	Paraná	9.939	31,74%
18	Rio de Janeiro	7.070	31,75
19	Rio Grande do Norte	2.963	32,47%
20	Rondônia	1.489	31,85%
21	Roraima	572	31,97%
22	Rio Grande do Sul	9.236	32,01%
23	Santa Catarina	5.464	31,54%
24	Sergipe	1.889	32,09%
25	São Paulo	27.700	32,01%
26	Tocantins	2.434	32,59%

Fonte: Elaborado com base em TSE (2020)

Importante ressaltar que, a gestão do Ceará lançou projetos totalmente voltados para as mulheres, como o “Projeto Mulher Empreendedora”, tem-se que na política ainda a mulher

encontra resistência a se alçar a cargos de liderança como a prefeitura. Isso ocorre por diversos fatores, como ser o Brasil um país onde o machismo e o patriarcado ainda se fazem presente de maneira significativa na cultura da sociedade daquela região do país.

Com relação especificamente ao levantamento das prefeituras e seus respectivos prefeitos no Estado de Ceará, procedeu-se a análise de suas principais características. O Ceará possui 184 municípios, segundo o site do IPECE, sendo que em torno de 20 deles são considerados exemplo de gestão pública como o Eusébio, Aquiraz, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Fortaleza, Pentecoste, Horizonte, Beberibe, Maracanaú, Mombaça, Itaitinga, Russas, Aracati, Paracuru, Ubajara, Jaguaratama, Cascavel, Icapuí, Paraipaba e Quixeré.

Na atualidade, destes municípios cearenses, somente 25 contam com mulheres na gestão atual, ou seja, uma porcentagem bastante pequena em comparação as vagas ocupadas por homens nas prefeituras daquele Estado, onde os municípios são, Alto Santo, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Capistrano, Caridade, Cascavel, Catunda, Granja, Guaramiranga, Hidrolândia, Icó, Jati, Jucás, Madalena, Ocara, Pires Ferreira, Quixelô, Santana do Cariri, São Luis de Curu, Senador Sá, Tejuçuoca, Tururu, Varjota.

Dessa forma, observa-se que as mulheres estão participando bastante dos processos de eleições, porém, a quantidade de candidatas que conseguiram se eleger como prefeitas de seus municípios ainda é irrisória quando comparada à participação dos homens. Contudo, vale salientar que tais números estão se elevando e que a probabilidade de aumentarem é maior haja visto que a participação como candidatas é cada vez maior e mais incentivada.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral estudar a proporção de liderança da mulher na gestão municipal cearense, e como objetivos específicos analisar o papel da mulher na sociedade contemporânea, estudar a liderança feminina nas organizações públicas, e por fim estudar a liderança feminina nos municípios cearenses, para tanto se procedeu com uma análise da representatividade feminina nos municípios do Ceará, onde buscou-se através da pesquisa entender sobre a minoria dessa representatividade.

Conforme demonstrado no presente trabalho foi possível perceber que a partir de inúmeras lutas as mulheres adquiriram e vem adquirindo diversos direitos, inclusive políticos. A partir das informações trazidas ao longo do estudo, verificou-se que como reflexo da mentalidade preponderante machista e patriarcal que ainda vigora na sociedade atual, em especial no Brasil, as dificuldades e obstáculos enfrentados pelas mulheres em um ambiente predominantemente masculino como o político ainda são bastante expressivos.

Para o bom deslinde do presente estudo, na parte teórica iniciou-se discorrendo sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea, passando após a discorrer sobre a mulher e a liderança, sobre o papel da mulher na política, em especial em geral no Brasil e no Ceará, e finalizou-se discorrendo sobre a liderança feminina nas organizações municipais. No estudo de caso analisou-se os dados apresentados na parte teórica, discorrendo-se sobre os números e as dificuldades encontradas pelas mulheres no universo político, tomando como exemplo a participação da mulher nos cargos de prefeito no Estado do Ceará.

Buscou-se ao longo do presente estudo verificar qual é a realidade atual com relação a participação feminina na política, em especial nos cargos de prefeitas, em especial no Brasil, especificamente no estado do Ceará, e constatou-se que a situação da mulher e sua participação na política ainda é bastante deficiente assim como na maioria dos países do mundo e em todos os países emergentes como os da América do Sul. Não obstante o sistema de cotas existente no Brasil, este revela-se insuficiente e deficiente, em especial com relação a sua abrangência, que não contempla os cargos executivos como de prefeitos, assim como no Ceará.

No entanto, observou-se que mesmo não existindo uma política específica de incentivo a maior participação das mulheres na política, houve uma melhora na situação das mulheres na nas gestões municipais cearenses. Porém ainda há muito o que ser feito, devendo o estado oferecer maiores subsídios para que a mulher tenha um papel mais efetivo na política.

De acordo com o estudo, percebeu-se que através da pesquisa pelo site do Tribunal Superior Eleitoral viu-se a proporção do problema em relação a participação das mulheres em cargos políticos, especificamente como prefeitas, no qual foi demonstrado um resultado não tão positivo, mas que com trabalhos de incentivo para tal, futuramente essa participação terá resultados positivos no Ceará e no Brasil.

Portanto, sugere-se que este trabalho e análise minuciosa seja estendida ao território brasileiro a fim de verificar a representatividade feminina nos municípios e nos governos estaduais.

De todo o exposto conclui-se que a gestão pública feminina só apresenta resultados positivos, devendo existir por parte do governo e da sociedade um maior investimento na participação feminina em cargos públicos como nas prefeituras, de forma que na prática ocorra a igualdade de direito entre gêneros, tão alardeado na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALZIRAS, Instituto (Org.). **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. 2018. Disponível em: <<http://prefeitas.institutoalziras.org.br>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. ALCE. 2020. **Partidos começam busca pelas mulheres para eleição 2020**. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/todas-noticias/item/86871-partidos-comecam-busca-por-mulheres-para-a-eleicao-2020>>. Acesso em: 12 de mai, 2020.

BORGES, Carolina de Campos. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, p.71-81, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. TSE: **Publicação do Tribunal Superior Eleitoral**. Brasil. Eleições 2016, Estatística eleitorais. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em:06 de abril de 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av. São Paulo**, v. 17, n. 49, p. 117-133, dezembro de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

DIAS, Maria Aparecida Muniz Jorge; BORGES, Renata Simões Guimarães e. Estilos de liderança e desempenho de equipes no setor público. **REAd. Rev. eletrôn. adm.** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 200-221, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112015000100200&lng=en&nrm=iso>. access on 19 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.0542014.53468>.

FREITAS, Luciano Pinto de. **A importância do capital humano na administração pública**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIX, n. 155, dez 2016. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18284&revista_caderno=4>. Acesso em 19 fev. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 3, p. 331-344, Sept. 2018. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000300331&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Mar. 2020.
<https://doi.org/10.1590/1679-395174876>.

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *Órgão. Soc.*, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, junho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de fevereiro de 2020.
<https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200001>.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia lavato e BOECKEL, Mariana Gonçalves. **A Multiplicidade de papéis da mulher Contemporânea e a Maternidade tardia.** *Temas psicol.* [online]. 2014, vol.22, n.4, pp. 917-928. ISSN 1413-389X. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-18> Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2014000400018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 de junho de 2020.

LUZ, Ricardo. **Gestão do clima organizacional.** Rio de Janeiro. 6a reimpressão. Qualitymark Editora, 2012.

MACEDO, Erico Oliveira de. **CORRUPÇÃO MUNICIPAL: Análise de fatos estilizados a partir de indicadores de irregularidades na Administração Pública.** 2009. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontífica Universidade católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MASSUKADO, Márcia Shizue. Análise comparativa de estratégias qualitativas de investigação: possibilidades para a pesquisa em turismo. **Turismo e Sociedade, [s.l.]**, v. 1, n. 1, p.9-27, 29 jul. 2008. Universidade Federal do Parana.
<http://dx.doi.org/10.5380/tes.v1i1.11922>.

PROJETO ACADÊMICO. **Pesquisa Documental:** entenda o conceito, características e exemplos. Disponível em: <<https://projetoacademico.com.br/pesquisa-documental/>> Acesso em 04 de abril de 2020.

ROCHA, Anderson Caldas (Org.). A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTA DA MULHER AO LONGO DOS TEMPOS. **Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 17, p.77-84, 2013. Anual. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/download/950/504>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SCHERER, Luciana; BOTELHO, Louise. (2018). Liderança feminina na gestão pública municipal–desafios e aprendizados de mulheres prefeitas. Atlânticas. **Revista Internacional de Estudios Feministas**. 3. 224. 10.17979/arief.2018.3.1.2043.

SILVA, F. B. **Desafio das mulheres em cargos de liderança**. 2017. 74 f. Monografia (Graduação em Administração de Empresas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2017. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1962/1/2017FernandaBorgesdaSilva.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SILVA, F. B.; BERRÁ, L. Desafios das mulheres em cargos de liderança. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 10, n. 1, p. 166-185, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325095514_DESAFIOS_DAS_MULHERES_EM_CARGOS_DE_LIDERANCA>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SILVA, Neilda de Souza Oliveira da; MOURAO, Luciana. A influência dos estilos de liderança sobre os resultados de treinamento. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 260-283, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 fev. 2020.

SINIGAGLIA, Bruna. **O papel laboral da mulher na sociedade brasileira contemporânea: uma análise sobre sua evolução, a partir de um estudo de caso em uma empresa do município de Santa Rosa -RS**. 2018. Disponível em <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Dissertação-Bruna-Sinigaglia.pdf>. Acesso em 19 fev. 2020.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A sexual death of work in the death. *Estud. av. São Paulo*, v. 30, n. 87, p. 123-139, agosto de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso>. acesso em; 19 fev. 2020.

SOUSA, Priscilla Felipe de; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; BINOTTO, Erlaine. **Liderança feminina na gestão pública: um estudo de caso da universidade do estado do rio grande do norte**. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Belo Horizonte: null, 2011. p. 1-13. 2011. Enegep. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_tn_stp_141_893_18429.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SPOHR, Alexandre Piffero *et al.* Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-441, Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200417&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p417>.

TSE: Publicação do Tribunal Superior Eleitoral. Brasil. **TSE Lança Campanha de incentivo à participação da mulher na vida política**. Disponível em: <

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Marco/tse-lanca-campanha-de-incentivo-a-participacao-da-mulher-na-vida-politica>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence>>. Acesso em: 17 mar. 2020.